



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIÇÕES AMBIENTAIS, BEM COMO A ELABORAÇÃO DOS PROGRAMAS (PGR, LTCAT, PCMSO E PPP) E DISPONIBILIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE INTEGRADO ESPECIALIZADO EM GESTÃO EM SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL PARA ENVIO DOS EVENTOS AO E-SOCIAL, EM RELAÇÃO AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE/PR.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Os serviços do referido objeto são de extrema importância para avaliação dos postos nos ambientes de trabalho, onde os servidores municipais exercem suas atividades diárias, bem como os fatores de riscos, aos quais, estão expostos, realizando medições com características técnicas próprias e diferenciadas, e com os resultados em mãos, são formulados laudos caracterizadores de insalubridade e periculosidade através do LTCAT/PGR. Neste documento, ainda são listados os EPI's necessários ao exercício de cada uma das funções desenvolvidas por agentes, a fim de neutralizar ou ainda, eliminar efeitos nocivos à saúde do servidor.

Após a confecção do LTCAT e do PGR, torna-se possível elencar o rol de exames necessários e ou obrigatórios por legislação pertinente, para a execução das funções, bem como da necessidade da sua repetição em periodicidade planejada e apresentada no PCMSO. Contudo vale salientar que a implantação do E-SOCIAL, os órgãos públicos e organizações internacionais, desde de 01/01/2023, ficaram obrigadas a transmitir esses eventos ao Ministério do Trabalho, sujeitando-se a punições caso não o faça.

2. ALINHAMENTO COM PCA

A contratação está prevista no PCA 2023/2024, publicado no site no Município.

<https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras-2023-2024>.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a. No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- b. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.





MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

- c. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- d. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- e. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.
- g. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- b. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante.
- d. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante.
- e. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**
- f. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- g. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

DOCUMENTOS TÉCNICOS:

Conforme descritos no TR.

PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA:

Os serviços objeto desta licitação deverão ser realizados e entregues, sem ônus de entrega, de acordo com as solicitações da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, Centro, São Jorge D'Oeste-PR.

A Contratada deverá atender à Solicitação da Secretaria, no prazo máximo estipulado no TR, contados do momento do envio do pedido (requisição) dos produtos ou serviços e confirmação por e-mail ou contato telefônico.

O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo convocado durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

As entregas se darão de forma parcelada (sem ônus de entrega), pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado:

- a. A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Requisição de Compra/Nota de Empenho/Ata de Registro de preços.
- b. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os fornecimentos foram realizados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a empresa fornecedora será notificada para que providencie, dentro do prazo a ser determinado, a correção necessária.
- c. Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo de garantia, obrigando-se a substituir no prazo determinado pela Administração, às suas expensas, aquele que apresentar falha ou defeito durante o recebimento e o período de cobertura da garantia.

CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS PELA CONTRATADA

Deverá executar, durante toda a vigência da Ata, **a mesma marca dos serviços apresentados na proposta.**

Não serão aceitas trocas de marcas dos produtos após a assinatura da Ata de Registro de Preços. Caso ocorra algum problema no fornecimento da indústria e ou distribuidora para entregar a marca adjudicada, deve-se encaminhar solicitação prévia para avaliação do Fiscal e do Gestor da Ata de Registro de Preços.





OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Os serviços deverão estar em conformidade com as normas vigentes (de acordo com cada item). Na execução serão verificadas quantidades e especificações conforme descrição na Ata. Todos os serviços serão recebidos e conferidos por servidores designados da Prefeitura Municipal de São Jorge D'oeste.

Deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

Deverá comunicar ao Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Deverá manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Na execução dos serviços deverão estar incluídas todas as despesas de deslocamento e transporte.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

De acordo com as solicitações, as quantidades são estimadas para o período de 12 (doze) meses.

Item	Cód. Equiplano	Nome do produto	Descrição	Unid. Med	Qtd.
1	64462	PGR (Programa de Gerenciamento de Resíduos),	<p>- PGR (Programa de Gerenciamento de Resíduos), conforme Norma Regulamentadora NR-9 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho; Vigência do Programa: Anual. QUANTIDADE DE UNIDADES - 1</p> <p>Realização de inspeção nos locais de trabalho para aferição de riscos inerentes a cada atividade.</p> <p>NR-9 "9.2.1.1 Deverá ser efetuado, sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano, uma análise global do PGR para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas e prioridades"</p> <p>- LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho); Laudo com parecer técnico sobre cargos insalubres e/ou perigosos.</p> <p>QUANTIDADE DE UNIDADES - 1</p> <p>- PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), conforme Norma Regulamentadora. QUANTIDADE DE UNIDADES - 1</p> <p>NR-7 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho; Vigência do Programa: Anual. Análise dos riscos, diagnóstico dos possíveis danos ocupacionais e definição dos exames necessários para efetiva monitorização da saúde dos servidores.</p> <p>NR-7 - "7.4.6 - O PCMSO deverá obedecer um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual.</p>	UND	1





MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

			<p>- PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Histórico-Laboral do servidor que reúne informações sobre a atividade que exerce os agentes nocivos ao qual é exposto, registros ambientais e resultados da monitoração biológica durante a vigência de contrato de trabalho.</p> <p>QUANTIDADE DE UNIDADES - 60</p> <p>- SOFTWARE Os documentos mencionados serão apresentados de forma impressa e digital, através de Software Integrado especializado em gestão em Saúde e Segurança Ocupacional dos servidores. O Software será apresentado em versão WEB, comportando capacidade para gerenciar as seguintes informações: PPRA — Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; PCMSO — Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho; ASOs - Atestados de Saúde Ocupacional; Agendamento de exames médicos ocupacionais; Armazenamento e gerenciamento automático de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário); Gerenciamento do PPRA, PCMSO, LTCAT, armazenando os registros Administrativos, Ambientais e Biológicos; Visualização online, através da internet, dos documentos PPRA, PCMSO, LTCAT, ASO, PPP, Ordem de Serviço; Gerar relatórios, em tempo real, de exames complementares por função, de EPI por função, de funções ou cargos insalubres e/ou perigosos, controle de absenteísmo, entre outros relatórios inerentes a gestão de saúde e segurança ocupacional; Emitir o relatório anual do PCMSO; Inserir informações relativas a treinamentos e palestras de saúde e segurança ocupacional (nome do treinamento, carga horária, instrutor, etc); Proporcionar interatividade com o usuário através de “usuário” e “senha” online através da internet; Gerar arquivos de exportação de dados, compatíveis com as exigências do E Social(*), pertinentes a Saúde e Segurança do Trabalho, atendendo as tabelas: S-1060,S2210,S-2220,S-2230,S-2240e.52241(E-Social: Conforme Decreto nº 8373, de 11/12/2014, que institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas e-Social). A instalação e treinamento dos usuários do Sistema Eletrônico de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional será de responsabilidade da contratada.</p> <p>QUANTIDADE DE UNIDADES - 1</p> <p>OBS: Salientando que os documentos possuem validade anual, e se necessário fazer alguma alteração seja de posto de trabalho, inclusão de funções durante o período do contrato a empresa deverá dar o suporte necessário e manter os documentos sempre atualizados.</p>		
2	64453	Avaliação de Calor	Avaliação de Calor.	UND	12
3	61094	Dosimetria	Dosimetria	UND	60
4	64463	Avaliação de Poeira Respirável com sílica	Avaliação de Poeira Respirável com sílica	UND	20
5	64464	Avaliação de vibração ocupacional de corpo inteiro	Avaliação de vibração ocupacional de corpo inteiro	UND	60
6	63431	Avaliação de vibração ocupacional de membros superiores	Avaliação de vibração ocupacional de membros superiores	UND	20
7	64465	Varreduras de fumos metálicos	Varreduras de fumos metálicos	UND	10
8	64466	Varreduras de tintas e solventes	Varreduras de tintas e solventes	UND	10
9	64467	Varreduras de hidrocarbonetos totais	Varreduras de hidrocarbonetos totais	UND	2
10	62562	PIRIDINA	PIRIDINA	UND	2

ETP: SEGURANÇA DO TRABALHO – SEC. ADMINISTRAÇÃO – 2024



MUNICÍPIO DE
SÃO JORGE D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

11	62563	FORMALDEÍDO	FORMALDEÍDO	UND	2
12	11459	AMALGAMA	AMALGAMA	UND	2

Abaixo, é possível estar verificando as quantidades licitadas no ano de 2023 e o saldo restante. Também será possível verificar e comparar com as quantidades solicitadas para o ano de 2024:

			PE 039/2023 – Vencimento 25/04/2024		2024
Item	Cód. Equiplano	Descrição	Qtd.	Saldo	Qtd.
1	64462	<p>- PGR (Programa de Gerenciamento de Resíduos), conforme Norma Regulamentadora NR-9 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho; Vigência do Programa: Anual. QUANTIDADE DE UNIDADES - 1 Realização de inspeção nos locais de trabalho para aferição de riscos inerentes a cada atividade.</p> <p>NR-9 “9.2.1.1 Deverá ser efetuado, sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano, uma análise global do PGR para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas e prioridades”</p> <p>- LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho); Laudo com parecer técnico sobre cargos insalubres e/ou perigosos. QUANTIDADE DE UNIDADES - 1</p> <p>- PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), conforme Norma Regulamentadora. QUANTIDADE DE UNIDADES – 1 NR-7 da Secretaria de Segurança e Saúde Trabalho do Ministério do Trabalho; Vigência do Programa: Anual. Análise dos riscos, diagnóstico dos possíveis danos ocupacionais e definição dos exames necessários para efetiva monitorização da saúde dos servidores. NR-7 – “7.4.6 – O PCMSO deverá obedecer um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual.</p> <p>- PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Histórico-Laboral do servidor que reúne informações sobre a atividade que exerce os agentes nocivos ao qual é exposto, registros ambientais e resultados da monitoração biológica durante a vigência de contrato de trabalho. QUANTIDADE DE UNIDADES - 60</p> <p>- SOFTWARE Os documentos mencionados serão apresentados de forma impressa e digital, através de Software Integrado especializado em gestão em Saúde e Segurança Ocupacional dos servidores. O Software será apresentado em versão WEB, comportando capacidade para gerenciar as seguintes informações: PPRA — Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; PCMSO — Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho; ASOs - Atestados de Saúde Ocupacional; Agendamento de exames médicos ocupacionais; Armazenamento e gerenciamento automático de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário); Gerenciamento do PPRA, PCMSO, LTCAT, armazenando os registros Administrativos, Ambientais e Biológicos; Visualização online, através da internet, dos documentos PPRA, PCMSO, LTCAT, ASO, PPP, Ordem de Serviço; Gerar relatórios, em tempo real, de exames complementares por função, de EPI por função, de funções ou cargos insalubres e/ou perigosos, controle de absenteísmo, entre outros relatórios inerentes a gestão de saúde e segurança ocupacional; Emitir o relatório anual do PCMSO; Inserir informações relativas a treinamentos e palestras de saúde e segurança ocupacional (nome do treinamento, carga horária, instrutor, etc);</p>	01	0	01





MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

		Proporcionar interatividade com o usuário através de “usuário” e “senha” online através da internet; Gerar arquivos de exportação de dados, compatíveis com as exigências do E Social(*), pertinentes a Saúde e Segurança do Trabalho, atendendo as tabelas: S-1060,S2210,S-2220,S-2230,S-2240e.52241(E-Social: Conforme Decreto nº 8373, de 11/12/2014, que institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas e- Social). A instalação e treinamento dos usuários do Sistema Eletrônico de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional será de responsabilidade da contratada. QUANTIDADE DE UNIDADES - 1 OBS: Salientando que os documentos possuem validade anual, e se necessário fazer alguma alteração seja de posto de trabalho, inclusão de funções durante o período do contrato a empresa deverá dar o suporte necessário e manter os documentos sempre atualizados.			
2	64453	Avaliação de Calor.	12	03	12
3	61094	Dosimetria	60	10	60
4	64463	Avaliação de Poeira Respirável com sílica	20	20	20
5	64464	Avaliação de vibração ocupacional de corpo inteiro	60	10	60
6	63431	Avaliação de vibração ocupacional de membros superiores	20	01	20
7	64465	Varreduras de fumos metálicos	10	10	10
8	64466	Varreduras de tintas e solventes	10	10	10
9	64467	Varreduras de hidrocarbonetos totais	02	02	02
10	62562	PIRIDINA	02	02	02
11	62563	FORMALDEÍDO	02	02	02
12	11459	AMALGAMA	02	02	02

A última licitação contratada para o referido objeto foi o Pregão Eletrônico nº 039/2023.

Ao que se refere as quantidades, pode ser verificado que para a presente contratação foram solicitadas as mesmas quantidades do último processo licitatório.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para realizar a pesquisa de preços, foram contatadas empresas situadas no município de Dois Vizinhos/PR., Pato Branco/PR e na Plataforma Banco de Preços, sendo adotado como critério de apuração a mediana entre os orçamentos, em acordo ao **caput** do art. 46 do Decreto 3.927/2023 entre os orçamentos, conforme Mapa de Apuração e orçamentos em anexo.



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

ITEM	DESCRIÇÃO DE PRODUTOS	UND	QTD	COT 1	COT 2	COT 3	COT 4	COT 5	MENOR PREÇO	MAIOR PREÇO	MÉDIA	Valor Global
1	<p>PGR (Programa de Gerenciamento de Resíduos), conforme Norma Regulamentadora NR-9 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho, Vigência do Programa Anual. Realização de inspeção nos locais de trabalho para aferição de riscos inerentes a cada atividade NR-9 "9.2.1.1 Deverá ser efetuado, sempre que necessário e pelo menos uma vez ao ano, uma análise global do PGR para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas e prioridades"</p> <p>LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho); Laudo com parecer técnico sobre cargos insalubres e/ou perigosos.</p> <p>PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), conforme Norma Regulamentadora NR-7 da Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalho do Ministério do Trabalho, Vigência do Programa Anual. Análise dos riscos, diagnóstico dos possíveis danos ocupacionais e definição dos exames necessários para efetiva monitorização da saúde dos servidores. NR-7 - "7.4.6 - O PCMSO deverá obedecer um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual.</p> <p>60 (UND) - PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário). Histórico-Laboral do servidor que reúne informações sobre a atividade que exerce os agentes nocivos ao qual é exposto, registros ambientais e resultados da monitorização biológica durante a vigência de contrato de trabalho.</p> <p>SOFTWARE Os documentos mencionados serão apresentados de forma impressa e digital, através de Software Integrado especializado em gestão em Saúde e Segurança Ocupacional dos servidores. O Software será apresentado em versão WEB, comportando capacidade para gerenciar as seguintes informações: PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho; ASOs - Atestados de Saúde Ocupacional; Agendamento de exames médicos ocupacionais; Armazenamento e gerenciamento automático de PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário); Gerenciamento do PPRA, PCMSO, LTCAT, armazenando os registros Administrativos, Ambientais e Biológicos; Visualização online, através da internet, dos documentos PPRA, PCMSO, LTCAT, ASO, PPP, Ordem de Serviço; Gerar relatórios, em tempo real, de</p>	UND	1	103.938,47	97.782,14	98.222,83	80.008,33	23.000,00	23000	103938,47	97782,14	97.782,14



MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

	exames complementares por função, de EPI por função, de funções ou cargos insalubres e/ou perigosos, controle de absenteísmo, entre outros relatórios inerentes a gestão de saúde e segurança ocupacional. Emitir o relatório anual do PCMSO; Inserir informações relativas a treinamentos e palestras de saúde e segurança ocupacional (nome do treinamento, carga horária, instrutor, etc); Proporcionar interatividade com o usuário através de "usuário" e "senha" online através da internet; Gerar arquivos de exportação de dados, compatíveis com as exigências do ESocial(*), pertinentes a Saúde e Segurança do Trabalho, atendendo as tabelas: S- 1060,S2210,S-2220,S-2230,S-2240e.52241(E-Social: Conforme Decreto nº 8373, de 11/12/2014, que institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas e- Social) A instalação e treinamento dos usuários do Sistema Eletrônico de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional será de responsabilidade da contratada. OBS: Salientando que os documentos possuem validade anual, e se necessário fazer alguma alteração seja de posto de trabalho, inclusão de funções durante o período do contrato a empresa deverá dar o suporte necessário e manter os documentos sempre atualizados											
2	Avaliação de Calor	UND	12	1.800,00	1.117,00	1.397,04	1.000,00	960,00	960,00	1.800,00	1.117,00	13.404,00
3	Dosimetria	UND	60	1.188,00	1.182,00	1.302,90	1.000,00	3.000,00	1.000,00	3.000,00	1.188,00	71.280,00
4	Avaliação de Poeira Respirável com sílica	UND	20	2.900,00	3.403,22	3.000,00	2.900,00	4.000,00	2.900,00	4.000,00	3.000,00	60.000,00
5	Avaliação de vibração ocupacional de corpo inteiro	UND	60	1.000,00	1.800,00	1.397,04	1.000,00	6.000,00	1.000,00	6.000,00	1.397,04	83.822,40
6	Avaliação de vibração ocupacional de Membros superiores	UND	20	1.117,00	1.200,00	1.056,64	1.000,00	2.000,00	1.000,00	2.000,00	1.117,00	22.340,00
7	Varreduras de fumos metálicos	UND	10	2.900,00	2.800,00	3.000,00	2.800,00	5.000,00	2.800,00	5.000,00	2.900,00	29.000,00
8	Varreduras de tintas e solventes	UND	10	3.300,05	3.800,00	4.000,00	2.850,00	5.000,00	2.850,00	5.000,00	3.800,00	38.000,00
9	Varreduras de hidrocarbonetos totais	UND	2	4.361,05	3.793,85	3.182,00	2.800,00	1.000,00	1.000,00	4.361,05	3.182,00	6.364,00
10	Piridina	UND	2	2.949,00	2.990,00	2.880,00	2.800,00	600,00	600,00	2.990,00	2.880,00	5.760,00
11	Formaldeído	UND	2	2.949,00	3.000,00	2.990,00	2.800,00	600,00	600,00	3.000,00	2.949,00	5.898,00
12	Amalgama	UND	2	3.098,57	3.000,00	2.880,00	2.800,00	600,00	600,00	3.098,57	2.880,00	5.760,00

Verificou-se que entre os valores orçados, diretamente com as empresas do setor, houve um distanciamento considerável nos valores apresentados, porém, com as pesquisas na Plataforma Banco de Preços, nas três cotações, confirmou-se o valor mais aproximado do valor praticado no mercado, da forma que acredita-se que a mediana, como critério de estabelecimento de preço máximo para esta contratação, é adequado, visto que foram "eliminados" os valores da cotação 5, os quais foram orçados muito distantes dos demais orçamentos.

8



MUNICÍPIO DE **SÃO JORGE D'OESTE**

ESTADO DO PARANÁ | www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ: 76.995.380/0001-03

Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do Art. 20 da Lei 14.133/2021. Os bens e/ou serviços classificados como comuns possuem padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais no mercado. Para este tipo de contratação existe um grande número de fornecedores disponíveis no mercado.

Entendemos que o Pregão Eletrônico é a modalidade selecionada como a mais viável, tendo em vista atender necessidades recorrentes, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação.

Identificação das soluções:

Para a contratação do referido objeto vislumbramos como solução:

A contratação de empresa (s) através de processo licitatório.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor da contratação de **R\$ 439.410,54 (Quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e dez reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme preços praticados no mercado, segundo orçamentos em anexo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Entendemos que a contratação dos serviços deve ser realizada através de Pregão Eletrônico, com entrega à cargo do fornecedor, como solução que suprirá as necessidades da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças de São Jorge D'Oeste/PR.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Orienta-se para uma disputa em **LOTE/GRUPO**, sem prejuízo a ampla concorrência, mas entende-se que desta forma evitará deslocamentos desnecessários, atrasos, bem como, a viabilidade de manutenção de um padrão de compatibilidade e de informações com o sistema de transmissão dos dados para o E-Social.

A execução dos serviços, deverá ser realizada de forma fracionada, conforme necessidade e solicitação da Secretaria.

9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação visa atender as necessidades da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças, e que estejam em conformidade com a qualidade, especificações e exigências descritas no TR, objetivando a contratação com o menor preço possível, visando a economicidade, melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis, e consequentemente, dar continuidade aos serviços prestados à população.

Quanto a contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que há concorrência entre as empresas, com a oferta de menor preço considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação. Pretende-se, com o processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se aplica.



12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se aplica.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos que deverão ser observados pela Contratada, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e a Contratada deverá:

- Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo (s) encarregado (s) deve (m) atuar como facilitador (es) das mudanças de comportamento.
- Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água.
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- Dar preferência a descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.
- Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento.
- Colaborar para a não geração de resíduo e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequadas dos rejeitos.

A Contratada deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:



- Dar preferência de envio de documentos de forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos.
- Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

Cabe a Secretaria responsável descrever no TR o que mais julgar necessário para a presente contratação.

13. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Concluimos pela viabilidade e necessidade da contratação do referido objeto.

São Jorge D'Oeste/PR, 23 de julho de 2024.

Jonica Maria Caetano
Responsável pela Elaboração do ETP
Decreto nº 2.529/2023